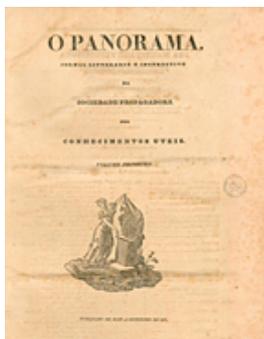


DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



O Panorama, Lisboa, 1837-1868)

Lançado em 1837, *O Panorama* figura como um dos periódicos mais importantes do século XIX. Marcou um tempo e constituiu um modelo que veio a ser seguido por outros jornais da altura. Estando disponível ao público semanalmente, publicou-se com algumas interrupções até 1868, perfazendo assim cinco séries: 1837-41, 1842-44, 1846-56, 1857-58 e 1866-68. Após a guerra civil de 1832-34, que colocou em confronto liberais e absolutistas, o regime monárquico constitucional estabelecia-se definitivamente em Portugal. Não na sua forma final, note-se, que continuaria a ser objecto de disputa (armada) pelas diferentes famílias liberais (setembristas e cartistas) até sensivelmente meados do século. Todavia, e apesar dos momentos de maior tensão política registados neste período, observamos o emergir duma nova sociedade - ou a tentativa de - enquadrada num novo modelo político, social, económico e com os seus antecedentes em 1820. O movimento associativo com fortes raízes no século XVIII, mas com um crescimento notório a partir de 1834 (sociedades patrióticas, científicas, culturais e industriais), e a imprensa periódica, que vinha a desenvolver-se de forma significativa com diferentes matizes desde a primeira década de oitocentos (com melhoramentos técnicos e, mais importante, na esteira do surgimento da lógica de um espaço público de discussão), assumem particular destaque, quer pela sua expansão considerável mas também pelos seus intuítos. É sob o signo dos melhoramentos materiais, duma instrução mais alargada e da «regeneração» social que temos de compreender *O Panorama*.

A primeira notícia de que se estava a preparar um novo periódico, ainda sem nome mas já com uma estrutura delineada, surgiu no *Diário do Governo* a 21 de Fevereiro de 1837, em que se refere que "alguns cidadãos portugueses, amigos da verdadeira ilustração, conceberam o projeto de derramar, por meio de uma publicação semanal, a maior cópia possível de conhecimentos úteis, procurando para esse fim aproveitar os vastos subsídios que lhes fornecem as obras periódicas dos outros países" (*Diário do Governo*, nº 44, p. 284, 1837). Num período em que a discussão política fervilhava, com uma imprensa altamente politizada, os promotores deixavam já antever um periódico em "que os assuntos políticos não obteriam entrada nas suas colunas", intuito que ficaria posteriormente explícito no artigo 49º dos estatutos da Sociedade. A premissa era então de um periódico instrutivo e apolítico, num sentido partidário e de luta política, independente e cingindo-se à divulgação de conhecimentos.

O primeiro número veio a lume em Maio de 1837, como órgão da Sociedade Propagadora dos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Conhecimentos Úteis. Formada por acções, funcionando, assim, numa lógica de lucro, contando com um capital inicial de 10 contos de reis, divididos em 2000 acções, a Sociedade contou entre os seus accionistas iniciais a Rainha D. Maria II, sendo tal facto merecedor de divulgação no Índice ao primeiro volume (1837). A primeira escolha para redactor principal tinha recaído sobre António Feliciano de Castilho. Este declinou o convite, sugerindo para o seu lugar Alexandre Herculano, que no ano anterior tinha-se demitido do cargo de bibliotecário da Biblioteca Pública do Porto, vindo a acumular n' *O Panorama* as funções de director, chefe de redacção e de paginador até 1839 (J.Baptista, *Alexandre Herculano jornalista*, pp. 23-24).

É no 1º número d' *O Panorama* que encontramos explanados os intuitos programáticos, agora mais desenvolvidos, numa "Introdução" pela pena de Herculano (sobre forma de anonimato, opção adoptada pelos promotores para os redactores), "Neste estado, pois, da ilustração e do progresso, o que mais importa é o dilatar por todas as nações, e introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução, porque este é o espirito do nosso tempo, e porque esta tendência é generosa e útil." (...) "A nação portuguesa, cumpre confessa-lo, é uma das que menos tem seguido este movimento progressivo da humanidade. No nosso povo ignora imensas coisas que muito lhe importava conhecer, e esta falta de instrução sente-se até nas classes, que, pela sua posição social, deviam ser ilustradas. Entre os mesmos homens dados às letras, se acha falharem repetidas vezes, as noções elementares de tudo o que não é objecto do seu especial estudo, e a ciência em Portugal está ainda longe de ter aquele caracter de unidade, que ganha diariamente no meio de outras nações" (...) "Assim a Sociedade Propagadora dos conhecimentos uteis julgou dever seguir o exemplo dos países mais ilustrados, fazendo publicar um jornal que derramasse uma instrução variada, e que pudesse aproveitar a todas as classes de cidadãos, acomodando-o ao estado de atraso, em que ainda nos achamos. Esta nobre empresa será por certo louvada e protegida por todos aqueles, que amam deveras a civilização da sua pátria" (*O Panorama*, nº 1, p. 2, 1837). Encontramos reforçada a premissa de uns meses antes. A ideia era utilizar o jornal como instrumento que serviria para compensar as carências de escolaridade dos estratos sociais mais baixos da população (estaremos perante uma proto abordagem *demopédica*?), e duma formação superior aparentemente deficitária, assumindo, assim, um carácter interclassista. O jornal, e não o livro, seria utilizado como veículo para exercer uma função regeneradora, civilizadora, de evolução da sociedade, logo, do progresso do país (M. dos Santos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, p. 165).

A "instrução variada" a que se referia Herculano encontramos-la no artigo 47º dos estatutos da sociedade, em que observamos as áreas que seriam tratadas nas páginas do jornal: história nacional e estrangeira, monumentos e apontamentos de tempos remotos da antiguidade, geografia, biografias (de militares, eclesiásticos, entre outros), literatura, direito, economia, comércio, desenvolvimentos técnicos quer a nível industrial como na agricultura, algumas noções de higiene, entre outros. O nome do jornal caracterizava, de facto, a síntese pretendida. Herdeiro duma parte da tradição iluminista do século XVIII, a natureza enciclopédica é evidente, característica, aliás, de vários periódicos da mesma altura, como o *Arquivo Popular* (1837), *Arquivo Pitoresco* (1857) ou o *Arquivo Universal* (1859).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

A instrução (ou o seu "derramamento") assumiu-se, como vimos, como a premissa central. Várias vezes apontada ao longo do jornal para além da "Introdução" do 1º número (por exemplo, e na 1ª série, "Instrução popular", nº 5, p. 36; "Da educação intelectual", nº 27, p. 214, 1837), foi neste ponto, mas não só, reveladora de um movimento cultural que tinha dado os seus primeiros passos com o advento do liberalismo, o romantismo. Se Almeida Garrett parece ter sido o introdutor, pela via literária, deste novo estilo em Portugal, através das suas obras *Camões* (1825) e *D. Branca* (1826), a verdade é que o romantismo se consolida só em meados da década de 1830. O intelectual romântico, principalmente na primeira fase deste movimento, assumia-se como um educador (devido às experiências no exílio), propondo, assim, a utilização da educação como instrumento para um novo modelo de progresso e construção duma nova sociedade (F. Catroga, «Romantismo, literatura e história», p. 545). Veremos em décadas posteriores (1870 em diante) a ideia da educação novamente recuperada, servindo como promotora do desenvolvimento social, embora com outras matizes. De qualquer forma, a educação proposta pelo romântico concedia um relevo importante à divulgação e evocação do passado, do seu culto portanto, dando forma a uma nova identidade nacional, num período de formação do Estado-Nação. Constituindo uma das principais características deste movimento cultural (L. R. Torgal, *História da História em Portugal*, p. 39), foi uma componente chave nos conteúdos divulgados pelo *Panorama*. É por isso que este jornal é consensualmente referido como um importante marco do movimento cultural romântico, tanto por ter sido um dos primeiros jornais verdadeiramente românticos (se não mesmo o primeiro), quer pelo inestimável contributo que teve na sua divulgação (J. Tengarrinha, *Nova história da imprensa em Portugal*, p. 558).

Com um custo de \$25 avulso, mas com a possibilidade de assinaturas anuais, semestrais ou trimestrais, os promotores da Sociedade mantinham o custo de aquisição baixo, de forma a chegar ao maior público possível - entenda-se, as classes mais baixas. O modelo de custo reduzido, e não só, tinha clara inspiração na imprensa estrangeira, em particular a britânica, com o *The Penny Magazine*, da Society for the Diffusion of Useful Knowledge, criada em 1826 (facto assumido pelos redactores, *O Panorama*, nº 36, p. 1). Na verdade, adoptou-se, inicialmente, o mesmo formato do jornal inglês: duas colunas, tendencialmente com oito páginas cuja numeração seria contínua nos números posteriores (modelo em fascículo para fazer colecção). A primeira página continha uma ilustração que dava o mote para o artigo principal desse número, seguindo-se outros pequenos artigos com ou sem ilustração sobre temas variados. As ilustrações reproduzidas no jornal foram, pelo menos inicialmente, quase sempre de origem estrangeira. As gravuras em madeira, método mais eficaz na altura de colocar imagens no meio do texto, eram uma arte ainda com pouca prática em Portugal, daí que Herculano tivesse que optar por adquirir estas gravuras a fornecedores estrangeiros e a elevado custo (*Alexandre Herculano. Jornalista*, p. 42).

O sucesso d' *O Panorama* parece ter sido imediato. No nº 7, num artigo escrito por Herculano, "Galicismos", o redactor deu a notícia de que já no nº 5 a tiragem tinha atingido o significativo número de 5000 exemplares, "caso único em a história das publicações periódicas em Portugal". Comparativamente com a sua inspiração inglesa, o jornal português era consideravelmente menor em termos de tiragem, pois



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

o *The Penny Magazine* em 1837 tinha ascendido aos 300.000 exemplares (*Alexandre Herculano jornalista*, p. 26). Contextos populacionais e públicos diferentes portanto. Tão diferentes que, após um ano em circulação, os redactores tiveram de adoptar uma nova estrutura do jornal. Num balanço anual, e após compreender a recepção por parte do público, Herculano estabelecia um novo formato, não sem antes traçar um «diagnóstico» do público leitor português deste tipo de jornais "populares", dividindo-o em três classes: "a primeira é a dos que pertendem [sic] só instrução, sem lhes importar a forma (...) são estes poucos; a segunda classe, que é a mais numerosa, consta daqueles que gostam de instruir-se recreando-se; a terceira enfim, é formada pelos que só na leitura buscam passatempo para matar o tempo (...) doentia é a compleição moral destes, difícil a sua cura; mas por isso mesmo não os devemos abandonar: com o uso de ler, porventura adquirirão o amor dos conhecimentos mais solidos, ou pelo menos tomarão a leitura por habito, e na falta de coisas superficiais, alguma vez recorrerão a escritos mais instrutivos e profundos" (*O Panorama*, nº 36, p. 1, 1837). Estávamos assim perante um mercado de leitura com limitações, quer ao nível da dimensão do público como dos seus interesses. Não é por isso de admirar que muitas outras iniciativas editoriais da mesma altura não tivessem longevidade.

Que estrutura foi delineada pelos redactores para tal fortuna do jornal? Como vimos, Alexandre Herculano tinha procurado dar a sua interpretação dos vários tipos de leitor existentes à época. A opção tomada foi relativamente simples: dividir cada número em duas partes relativamente distintas; ou seja, manteria a estrutura prévia, mas reformulando-a. A primeira incluiria artigos mais extensos, com temáticas mais profundamente analisadas e subordinadas às áreas das ciências naturais, temas históricos, geografia, topografia, monumentos, economia, literatura, entre outros. A segunda incluiria artigos mais breves, com linguagem mais acessível e sobre temas que pudessem, oportunamente, interessar a um público mais vasto. A «ciência» não estaria ausente destes breves textos, mas seria vocacionada para, julgamos nós, preocupações mais prementes. Começamos a encontrar igualmente curiosidades e também anedotas.

Foram poucos os jornais que conseguiram um público relativamente assegurado e que lhes desse alguma longevidade, exceptuando talvez os casos d' *O Panorama*, o *Arquivo Popular*, *Biblioteca Familiar e Recreativa* (1835-42), *O Recreio* (1835-41) e *O Ramalhete* (1837-44) (*Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, p. 167). Inclusivamente, e como é noticiado, *O Panorama* conseguiu alcançar, com aparente sucesso, as populações fora dos grandes centros urbanos, constituindo a sua leitura pública um elemento de assembleia nas povoações mais pequenas (*O Panorama*, nº 192, p. 2, 1841). Chegou a atravessar o Atlântico sendo lido nos Açores, Madeira e Brasil, contando com figuras deste último como colaboradores, como por exemplo Francisco Adolfo de Varnhagen (*O Panorama*, nº 1, p. 1, 1842). Convém no entanto realçar que apesar duma manifesta adesão à leitura deste jornal, surgiu, via Espanha, um ataque ao (baixo) nível cultural português. O artigo não é elucidativo quanto aos autores e ao periódico que esboçaram a crítica. Os redactores d' *O Panorama* prontamente repudiaram tais conclusões, assumindo, mesmo assim, que ainda faltava trilhar um longo caminho para que Portugal pudesse alcançar os níveis de instrução de outras realidades europeias (*Idem*, p.2).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Se as páginas d' *O Panorama* eram lidas no estrangeiro, estas apresentavam igualmente elementos fora de Portugal. São recorrentes os artigos sobre cidades estrangeiras (principalmente da Europa e na maior parte dos casos numa perspectiva histórica), monumentos célebres (por exemplo, "Grande muralha da China", nº 53, p.417, 1853) notícias breves de eventos actuais (por exemplo, "Estado actual da Grécia, nº13, p.101,1837) e, de forma surpreendente e quase sempre com ilustrações, apresentou elucidativos quadros de fauna e flora de outros continentes. *O Panorama* constituía um excelente veículo para conhecer outros contextos.

A vida d' *O Panorama* decorreria com normalidade até 1839, ano em que Alexandre Herculano fez publicar o último número enquanto redactor principal, despedindo-se numa pequena nota (nº 115, p. 221, 1839), saindo para ir ocupar o cargo de Director das Bibliotecas Reais da Ajuda e Necessidades, após nomeação do rei D. Fernando. Terminava, assim, a sua passagem pelo jornal. Curiosamente, seria Castilho a assumir o cargo de Herculano até 1841, altura em que saiu para dirigir um outro periódico, a *Revista Universal Lisbonense*, entre 1841-45. Depois de Castilho, seria António de Oliveira Marreca a ficar à frente da 2ª série até 1843. Em 1844, terminavam as séries d' *O Panorama* associadas à Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, por extinção desta, fruto do decréscimo do pagamento das assinaturas que colocou possivelmente em causa a sustentabilidade financeira da Sociedade. A falta de pagamento das assinaturas esteve recorrentemente citada nas páginas do jornal.

Todavia, a marca deste jornal já se tinha feito sentir e os vários volumes constituíam um acervo de conteúdos que merece ser visto com algum pormenor. Tematicamente, e como ficou patente, *O Panorama* recolhia nas suas páginas contributos de várias áreas. Entre 1837 e 1844, os temas que mereceram maior divulgação foram: História (destacado), Geografia e Literatura; num segundo plano, os campos ligados à Técnica, Agricultura, Conselhos úteis e, não tão espantoso, Anedotas (para uma melhor visão de todos os conteúdos veja-se, A. M. Ribeiro, *Periodismo científico e literário Romântico: O Panorama*, pp. 69-72). Tais tendências continuariam nas séries seguintes.

Não é de todo estranho que a história nas suas diferentes formas, isto é, história da arte, da literatura, arqueologia, monumentos, figuras, cronologias, etc, tenha sido a área mais exposta no jornal, sendo precisamente este campo do saber característica base da sensibilidade romântica, com o predomínio da Idade Média (E.G. Dias, *A construção da História Medieval na Imprensa Periódica...*). As referências históricas não foram, contudo, meramente expositivas. Defendeu-se o património, os "lugares de memória", contra o seu abandono, significativamente expostos por Herculano ("A Architectura Gótica", nº 1, p. 2, 1837) e contra o vandalismo, "O vandalismo é cortesão, civil e afável. Que não veja um monumento, e será o ente mais pacífico deste mundo" ("Monumentos II", nº 70, p. 275, 1838). Ainda neste último artigo, Alexandre Herculano referia que a defesa destes monumentos teria uma vertente produtiva, não só pela riqueza simbólica e identitária, mas sendo utilizados no que poderíamos chamar hoje de turismo (Idem, p. 277).

Uma parte substancial da memória histórica mobilizada pelos liberais foi, num certo sentido, integradora. Assegurava, apesar do corte com o absolutismo, uma continuidade em que o passado-presente-futuro



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

encontravam-se, principalmente numa altura politicamente instável, com revoluções e guerra civil. É pois neste sentido que a concepção de história patente n' *O Panorama* é instrumental. A história não foi utilizada apenas na vertente lúdica, de divulgação, fazendo uso da literatura e de outras artes com sentido pragmático - e programático -, isto é, voltada para a formação cultural do cidadão. António Oliveira Marreca enquanto redactor expressou bem esta dimensão do jornal na década de 40: "foi ele [O Panorama] o primeiro que a par da difusão das ideias de utilidade material, trabalhou para que renascesse o sentimento da antiga energia e gloria nacional, sentimento amortecido e quase gasto por dilatados anos de desventura e desalento, e sem cuja renascença não há regeneração possível, porque se não começa pela regeneração da dignidade do homem e do cidadão. (...) O Panorama tem procurado incorporar os desejos e esperanças do futuro com as saudades e tradições do belo e grandioso que enobreceu esta nossa boa terra em eras remotas. Temos a convicção de que pelo lado moral é este o máximo serviço que a imprensa popular pode fazer à nação, e de que o Panorama o tem feito ("Introdução", nº 106, p. 1, 1844). Tendo como pano de fundo uma memória histórica (construída) é advogado o seu uso, os seus exemplos melhor dizendo, numa crença evolutiva do povo português, cumprindo, desta forma, o propósito do jornal.

Já nestas duas primeiras séries d' *O Panorama* vemos reflectidas outras tendências que iriam ser uma marca no mercado literário e que davam fundamentação à dimensão de jornal literário, subtítulo d' *O Panorama*: o romance histórico e a crítica. Tendo por base factos ou figuras históricas, o romance histórico, uma pedra de toque do ideal romântico, para além do carácter lúdico ou recreativo, representava, segundo Herculano, também um importante papel de divulgação histórica, "Nós procuramos desentranhar do esquecimento a poesia nacional dos nossos maiores" (*O Panorama*, nota, nº 126, p. 306, 1839). Não confundia, contudo, a história com a novela, embora apresentasse um modelo misto, "nisto demos a crónica; no vestuário com que o enfeitámos, demos o romance". Vários foram os exemplos de romances-folhetins (género por vezes criticado por uma parte duma elite intelectual, exigentes por um certo tipo de qualidade) nas páginas d' *O Panorama*, tendo Alexandre Herculano dado um importante contributo (com, por exemplo, "Arras por foro de Espanha", que começaria a ser divulgado no nº 236, p. 356, 1841, e que constaria mais tarde, em 1851, em *Lendas e Narrativas*). No entanto, a apresentação de pequenos romances, trechos de textos maiores e partes de peças de teatro, era sem dúvida uma estratégia utilizada pelos directores dos jornais como forma de cativar público, como inclusivamente servia para perceber a receptividade deste, de forma a saber se valeria avançar para a publicação posterior do livro («A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX», p. 544).

A crítica serviu o mesmo propósito - como mediadora do mercado livreiro -, não podendo ser descurado que os jornais se apresentavam como um meio importantíssimo para a sua expressão. Neste sentido, a crítica a trabalhos de vária índole, romance, historiográfico, entre outros, não se encontrou ausente d' *O Panorama* (para uma visão da crítica na imprensa e não só veja-se (S.C. Matos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do séc XIX*, pp. 147-150). Pelo contrário, são vários os exemplos, como Alexandre Herculano em torno da obra Castilho, *Quadros históricos de Portugal* (1838) (*O Panorama*, nº 68, 1838, p.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

263). A crítica ou recensão expandiu-se - de forma não só noticiosa - ao mercado periódico, dando nota de outras publicações, inclusivamente concorrenciais, como a anteriormente referida *Revista Universal Lisbonense*, e que na cuidada escrita se referia que "e se a tanto nos podemos atrever considerá-lo-emos como complemento do nosso" (*O Panorama*, nº 23, p. 184, 1842).

Passados dois anos da interrupção, em 1846, voltamos a ver *O Panorama* disponível ao público, através da iniciativa do tipógrafo-editor António José Fernandes Lopes (que também viria a lançar a *Ilustração Luso-Brasileira. Jornal universal*, entre 1856-59). O intuito, tal como o encontramos explanado logo no primeiro número, era o de recuperar um dos grandes exemplos de ilustração que tinha havido no periodismo português recente, mantendo a estrutura predecessora, "Este jornal compor-se-á, como d'antes, de tudo que se julgar de préstimo em descobrimentos científicos, em aperfeiçoamentos de industria, e nos inventos em arte, a par das novidades notáveis. Sem ser rigorosamente noticiador acompanhara o andamento do século em todos os seus aspectos" (*O Panorama*, nº 1, 3ª série, p. 2, 1846). Tinha-se como objectivo lançar cerca de 52 números anuais, contudo, vindo a lume em Setembro, sofreu frustrações inerentes ao novo conflito em marcha, a Guerra da Patuleia. Só em 1852 é que alcançaria os números anuais pretendidos, publicando regular e sistematicamente desde então. Em 1858, seria suspensa a publicação. Esta suspensão duraria até 1866, altura em que *O Panorama* seria novamente ressuscitado (pelo mesmo tipógrafo em colaboração com a Tipografia Franco-Portuguesa), publicando-se até 1868, ano da extinção definitiva do jornal. Só por si, esta longevidade e persistência de publicação indicam o quão reputado e admirado o jornal era. Aliás, *O Panorama* por volta da década de 1850 já tinha granjeado significativo lastro na cultura portuguesa, como revelam Rebelo da Silva (assumido discípulo de Herculano) e Lopes de Mendonça numa "Introdução" ao *Anais das Ciências e Letras*, de 1857, "O mais admirável instrumento de iniciação intelectual, no atraso relativo em que existíamos, manifestou os seus efeitos desde logo, e, redigido por algumas das capacidades mais distintas deste país, que hoje temos a honra de contar no nosso número de sócios, aperfeiçoou a língua, desenvolveu o gosto pelas letras, fez reviver as nossas tradições na imaginação popular, e por ele se deu voo e impulso a essas vocações novas que vemos gradualmente hoje sobressaindo em todas as esferas da actividade social" (Apud, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, p. 169).

Apesar da longevidade não contínua, *O Panorama* pós 1844 parece ter sofrido de um certo decréscimo de qualidade, assim sugerido por José Silvestre Ribeiro, "Em 1857, quando ainda se publicava o *Panorama* da 3ª série, se disse: Este periódico... é hoje apenas um eco do que foi, e, se vive, é à sombra dos títulos de estima pública e créditos intelectuais que soube granjear e firma em padrão, que a lembrança dos homens lidos respeitará ainda por muito tempo" (*História dos Estabelecimentos Científicos ...*, Tomo VIII, p. 26). Apreciação discutível, é certo, pois mesmo já não contando com as colaborações sistemáticas de, por exemplo, Alexandre Herculano, Feliciano Castilho, José Félix Henrique Nogueira ou de artistas como Rafael Bordallo Pinheiro, continuou a congregar nas suas páginas relevantes figuras da cultura portuguesa do seu tempo, casos de Luís Augusto Rebelo da Silva, Inácio Vilhena Barbosa, Francisco Gomes de Amorim,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

António Pedro Lopes de Mendonça, o próprio Silvestre Ribeiro, Camilo Castelo Branco, Manuel Pinheiro Chagas, entre muitos outros. Seria porventura mais proveitoso reparar nas mudanças que começavam a registar-se na sociedade e no mercado literário português. Já em 1838, num pertinente olhar sobre a imprensa periódica da altura, Alexandre Herculano destacou a *Revista Literária do Porto*, primeiro exemplo dum género que começava a surgir. Na sua visão, baseando-se na evolução da imprensa no resto da Europa, preconizava que o modelo de jornal popular, como *O Panorama*, com a sua função social, viria, após cumprida a sua missão de difusão de conhecimentos, a extinguir-se ou a tornar-se ele mesmo uma revista. É que, se o modelo de jornal popular era o oposto ao das revistas científicas e literárias em voga no século XVIII (mas mantendo algumas características), as revistas literárias oitocentistas conseguiriam conjugar os dois modelos, reflectindo assim a mudança operada (ou esperada) na sociedade portuguesa (*O Panorama*, nº 76, p. 326, 1838). Poder-se-ia, porventura, discutir se o modelo de jornal filiado n' *O Panorama* se extinguiu de facto ou se se modificou (*Alexandre Herculano. Jornalista*, p. 64), mas o mercado literário nacional, com diferentes preocupações e com uma renovação geracional a partir da década de 1860, veio a privilegiar novos formatos, como por exemplo as revistas ilustradas em que se destacava a imagem (*O Ocidente*, 1878-1914), dando maior ênfase à vertente lúdica e recreativa (S. C. Matos, *Historiografia e memória nacional no Portugal do séc. XIX*, pp. 146-147). Características estas que não estavam, de todo, ausentes d' *O Panorama*...

O impacto que *O Panorama* teve foi tão expressivo que este seria recordado, anos após a sua extinção, por outras figuras da cultura portuguesa. Como bem notou António Manuel Ribeiro, o jornal popular da década de 1830 foi visto com admiração e respeito por Ramalho Ortigão, Joaquim de Araújo, Teófilo Braga, Sampaio Bruno e Oliveira Martins. Inclusivamente, *O Panorama* honra de ser mencionado na ficção oitocentista, como em *Eusébio Macário* de Camilo Castelo Branco ou na obra de Eça de Queiroz, *A Ilustre casa de Ramires* (*O periodismo científico e literário Romântico*, pp. 74-75).

Refletindo um ideal, este jornal popular imprimiu um modelo na sua altura, servindo de referência a outros jornais. *O Panorama* constitui actualmente uma fonte histórica riquíssima para várias áreas de estudo (história, literatura, imprensa, sobre o romantismo, entre outros). Todavia, não deixa, ainda nos dias de hoje em que a informação é de acesso fácil, de apresentar-se como uma leitura útil e bastante interessante tendo em conta a sua diversidade temática.

Fontes: [O Panorama](#) (1837-68) *Estatutos da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*. Lisboa, Imprensa Nacional/Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, 1837.

Bibliografia: BAPTISTA, Jacinto, *Alexandre Herculano, jornalista*, Amadora, Bertrand, 1977; CATROGA, Fernando, «Romantismo, literatura e história», in *História de Portugal* (coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque), vol. V, Circulo de Leitores, 1993, pp. 545-561; «Alexandre Herculano e o historicismo romântico», in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amada, CATROGA, Fernando, in TORGAL

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

et alia, *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, Círculo de Leitores, pp. 39-85; MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX : 1846-1898*, Lisboa, Colibri, 1998, pp. 131-163; DIAS, Eurico Gomes, *A construção da História Medieval na Imprensa Periódica Portuguesa de Oitocentos*, Lisboa, INCM, 2011; FRANÇA, José Augusto, *O Romantismo em Portugal : estudo de factos socioculturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983; MELLO, Maria Cristina Nogueira Lança de, *O Panorama. História de um Jornal. Tese de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971*; NUNES, Maria de Fátima (Pref., Ed. Lit. e Notas) e REIS, António (Dir.), *O Panorama: Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Coleção Testemunhos Contemporâneos, n.º 35. Lisboa, Alfa, 1989*; RIBEIRO, António Manuel, *O Periodismo Científico e Literário Romântico: O Panorama (1837-1844)*. Separata da revista *Munda*, n.º 29. Coimbra, 1995; SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa, Presença, 1988; «A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX», in *Análise Social*, vol. XXVII, 1992, p. 539-546; TENGARRINHA, José, *Nova História da Imprensa Periódica Portuguesa, das origens a 1865*, Lisboa, Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2013.

Ricardo de Brito



APOIOS:

